

**FEMINISMOS, TEORIA *QUEER* E PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA:
(RE)CONTANDO HISTÓRIAS...**

*FEMINISMOS, TEORÍA *QUEER* Y PSICOLOGÍA SOCIAL CRÍTICA:
(RE)CONTANDO HISTORIAS...*

*FEMINISMS, *QUEER* THEORY AND CRITICAL SOCIAL PSYCHOLOGY:
(RE)TELLING STORIES...*

Lenise Santana Borges

Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiania/GO, Brasil

RESUMO

As abordagens feministas e *queer* são reconhecidas como aportes teóricos e metodológicos fundamentais para uma ressignificação da psicologia social, especialmente da chamada psicologia social crítica. Apesar do reconhecimento dos limites teóricos compartilhados tanto pelo ideário feminista como pelos pontos de vista críticos, algumas narrativas recentes sobre as relações entre os feminismos, a teoria *queer* e a psicologia social crítica, sobretudo no que se refere ao debate das sexualidades, tendem a considerar a história dessas relações sem as devidas contextualizações e, primordialmente, sob a ótica das ideias pós-modernas. A partir de uma seleção de narrativas que se propõem a (re)contar a história dessas relações, procuro mostrar como algumas narrativas possibilitam uma articulação entre os pensamentos feministas e *queer*, enquanto outras apresentam uma versão que tenta contrapor uma teoria em relação à outra, apostando na substituição dos feminismos vistos (como homogêneos, e sem contradições) pela teoria *queer*, tratada como vanguardista.

Palavras-chave: feminismos; psicologia social crítica; teoria *queer*; construcionismo social.

RESUMEN

Las abordajes feministas y *queer* son reconocidas como aportes teóricos y metodológicos fundamentales para una resignificación de la psicología social, especialmente de la llamada psicología social crítica. Apesar del reconocimiento de los límites teóricos compartidos tanto por el ideario feminista como por los puntos de vista críticos, algunas narrativas recientes sobre las relaciones entre los feminismos, la teoría *queer* y la psicología social crítica, sobre todo em el que se refiere al debate de las sexualidades, tendem a considerar la historia de esas relaciones sin las debidas contextualizaciones y, primordialmente, bajo la ótica de las ideas post-modernas. A partir de una selección de narraivas que se proponem a (re)contar la historia de esas relaciones, busco mostrar como algunas narrativas posibilitan una articulación entre los pensamientos feministas y *queer*, mientras otras presentan una versión que intenta contraponer una teoría em relación a la outra, apostando en la sustitución dels feminismos vistos (cómo homogêneos, y sin contradicciones) por la teoría *queer*, tratada como vanguardista.

Palabras clave: feminismos; psicología social crítica; teoría *queer*; construccinismo social.

ABSTRACT

Feminist and queer approaches are recognized as fundamental theoretical and methodological contributions to a redefinition of social psychology, especially of so-called critical social psychology. Despite the recognition of the theoretical limits shared by both feminist ideology as the critical views, some recent narratives about the relationship between feminism, queer theory and critical social psychology, especially with regard to the discussion of sexuality tend to consider the history of these relationships without proper contextualization and primarily from the perspective of postmodern ideas. From a selection of narratives that propose to (re)tell the story of these relationships, I try to show how some narratives allow to think of a relationship between the feminist and queer thought and other ends up presenting a version that attempts to counteract a theory relative to one another, betting on the replacement of feminism (seen as homogeneous, and without contradictions) by queer theory, treated as avant-garde.

Keyword: feminisms; critical social psychology; queer theory; social construcionism.

As histórias do pensamento feminista e de algumas vertentes teóricas da psicologia social mais crítica - refiro-me, mais especificamente, à abordagem da psicologia socioconstrucionista - se aproximam à medida que há interesse em fazer uma crítica radical à ideia de uma ciência universal descontextualizada, denunciando o caráter particularista, ideológico, racista e sexista da ciência moderna (Nogueira, 2001; Spink & Menegon, 2000). No entanto, a aproximação entre a psicologia, a psicologia social de cunho construcionista e os feminismos é descontínua e não isenta de conflitos. Os ecos dos debates feministas chegam à psicologia mais tardiamente do que a outras ciências sociais, como a antropologia, a sociologia e a história, mas têm, como porta de entrada, o reconhecimento da importância dos pensamentos feministas para os avanços da psicologia social, cada vez mais comprometida com as questões relacionadas às esferas de poder e às assimetrias que permeiam as relações sociais (Narvaz & Koller 2007).

Instigada pelas leituras e pelos debates a respeito das aproximações e das tensões entre a psicologia social crítica, os feminismos e a teoria *queer*, e interessada nas narrativas das relações entre os feminismos e a teoria *queer*, especialmente nos circuitos da psicologia social de cunho construcionista, proponho-me a refletir sobre a forma como essas narrativas são construídas, particularmente quando o foco está na discussão das sexualidades. Como ponto de partida, tomo alguns artigos produzidos no âmbito da psicologia social crítica, os quais se propõem a dialogar com os feminismos e a teoria *queer*, além das reflexões sobre minha própria trajetória profissional, que conjuga experiências tanto no feminismo quanto na academia.

Nesse percurso privilegiado de quem se beneficia de uma posição híbrida, marcada tanto pela formação e atuação no movimento feminista como no meio acadêmico, pude encontrar pontos de convergência. Merece destaque o compartilhamento entre o movimento feminista e uma psicologia social crítica em ideias como: o caráter político do conhecimento e da ação social, a busca pela transformação e o compromisso social. As conexões entre academia e ativismo, muitas vezes, têm sido percebidas com desconfiança, pois ainda há áreas/segmentos que acreditam tratar-se de campos apartados. Ideia tributária, por um lado, de um suposto purismo intelectual e, por outro, uma pretensa crença na estratégia única da ação política para as mudanças sociais. Apesar de reconhecer que a academia e os movimentos sociais não compartilham das mesmas lógicas, compreendo-os como campos com possibilidades de enriquecimento mútuo. Diálogos

profícuos promotores de tensão e arejamento podem ser estabelecidos, assim como podem ser propostas alternativas criativas que tenham como objetivo o compromisso e a transformação social.

Algumas tendências, limites e possibilidades das aproximações entre a psicologia social crítica, os feminismos e a teoria *queer* são explorados em artigos como: *Feminist psychology and gender studies: the brazilian case* (Nuernberg, Toneli, Medrado & Lyra, 2011); *Feminismos queer: disjunções, articulações e ressignificações* (Oliveira, Pinto, Pena & Costa 2009); *Memórias sobre o feminismo na psicologia: para a construção de memórias futuras* (Saavedra & Nogueira, 2006); *Psicologia Social, construcionismo e abordagens feministas: diálogos desconcertantes* (Borges & Cordeiro, 2007). Este artigo tem como objetivo apresentar reflexões sobre as relações entre a psicologia social crítica, o pensamento feminista contemporâneo e a teoria *queer*, tomando, como elemento para discussão, o debate sobre reflexividade, conhecimentos situados, historicidade, subjetividade, performatividade e ação política. Para isso, organizei o texto em três partes: na primeira, apresento algumas considerações sobre o que se denomina psicologia social crítica; na segunda parte, trago as contribuições dos feminismos para o desenvolvimento de uma psicologia social crítica; e, por último, discuto possíveis articulações entre a psicologia social crítica, os feminismos e o pensamento *queer*, apontando para os silenciamentos, mas também para a possibilidade de diálogos articulados entre as diferentes áreas.

Efeitos da “crise” na psicologia: o que vem a ser uma psicologia social crítica?

Inicialmente, vale esclarecer que a emergência da psicologia acontece sob forte influência das teorias sociais da modernidade. Para chegar ao patamar de um projeto científico, a psicologia recorre a várias categorias coerentes com a construção do pensamento científico moderno, tais como: verdade, objetividade e neutralidade. Utilizar a razão para produzir critérios que permitissem a definição do certo e do errado, do bem e do mal, do verdadeiro e do falso, do real e do irreal, do normal e do desviante, categorias concebidas como “naturais” à psicologia, contribuiu fortemente para a produção e a manutenção das normatividades. Nos anos de 1970, a psicologia sofreu intensos abalos com a emergência de perspectivas teóricas que questionavam a estabilidade de tais noções, finalmente mergulhando em intensa crise epistemológica.

A psicologia social crítica surge da insatisfação com a psicologia social tradicional e impõe uma dura

crítica à ideia de ciência nos moldes positivistas. O enfoque crítico na psicologia social possibilitou tomar a psicologia como objeto de reflexão, produtora de conhecimento, em oposição radical à aproximação naturalista convencional (Ibáñez, 1994, 2001; Gergen, 1985). Como assinala Burr (2003), a crítica adotada na psicologia refere-se às questões com as quais ela se ocupa, os métodos que adota para investigá-las, bem como às respostas tradicionais que fornece. Para Burr (2003), a psicologia crítica ocupa-se em perceber como o indivíduo se localiza na sociedade em relação às marcas de diferença, às iniquidades e às relações de poder, possibilitando leituras alternativas para uma série de fenômenos psicológicos naturalizados como doença mental, inteligência, personalidade, agressão e sexualidade.

Dentre as diversas oposições ao modelo de ciência positivista, ressalta-se a crítica à concepção representacionista do conhecimento, à objetividade, à ideia de causalidade e de acúmulo do conhecimento. Várias vertentes teóricas alinham-se a essa oposição da ciência como forma de saber privilegiado, entre elas, por exemplo, a teoria crítica, as representações sociais, a psicologia sócio-histórica, a psicologia política e a psicologia socioconstrucionista. Neste texto, darei mais enfoque à psicologia socioconstrucionista, que, diferente das outras vertentes, compartilha de vários pressupostos contidos no paradigma pós-moderno, produzindo reverberações significativas para uma maior compreensão de variados assuntos, entre eles a sexualidade.

A psicologia socioconstrucionista tem participado, junto a outras correntes, da crítica ao essencialismo, o que tem provocado uma redefinição de noções como identidade, *self*, sujeito, linguagem, sexualidade, corpo, gênero, entre outras. Nos últimos anos, os/as estudiosos/as têm apontado para a necessidade de se perceber as rupturas e as novas configurações do debate construcionista na atualidade. De um lugar periférico, considerado não legítimo por parte de correntes hegemônicas da psicologia social, as abordagens construcionistas consolidaram-se, ganhando visibilidade e reconhecimento.

Uma das preocupações da postura socioconstrucionista é a forma como as histórias são contadas. Tanto a história do pensamento construcionista quanto a do pensamento feminista não são lineares nem monolíticas, e têm sofrido reavaliações constantes. Uma das características atribuídas ao jeito de pensar construcionista refere-se a ser crítico dos seus próprios pressupostos e objetivos. Alguns/as autores/as afirmam a importância das abordagens feministas e da teoria *queer* para superar certos limites e acomodações

das ideias socioconstrucionistas, abrindo caminho para o que foi denominado de pós-construcionismo social (Mélló, Silva, Lima & Di Paolo, 2007; Iñiguez, 2005; P. Spink, 2003; Nogueira, 2001). No entanto, vejo, com preocupação, emergir um certo esquecimento das contribuições da epistemologia feminista, em um movimento que tende a enfatizar a importância da teoria *queer* nos debates contemporâneos, em detrimento do pensamento feminista.

Convergências entre teorias feministas, *queer* e psicologia social crítica: interpelando a ciência

Algumas análises apontam similaridades entre as trajetórias feministas contemporâneas e a produção de uma psicologia social crítica, especialmente no que se refere à inquietação compartilhada a respeito da produção de um tipo de ciência que se baseia nos binarismos, no mito da verdade científica e na crença da neutralidade epistemológica (Ostrovsky, 2010; Saavedra & Nogueira, 2006; M. Spink, 2004; Dauder, 2003).

Embalada pela crise dos paradigmas, a psicologia social crítica questiona e propõe novas leituras para noções profundamente arraigadas, como identidade, sujeito, sexualidade, gênero, ciência, entre outras, afirmando que todos esses fenômenos são históricos, ou seja, não são previamente dados, mas mediados por processos sociais, e estão bastante imbricados com o poder e a política. Alguns pontos compartilhados entre as abordagens feministas e uma psicologia social crítica referem-se à crítica ao projeto de ciência moderna, à centralidade na discussão sobre o essencialismo, à ação política, aos debates sobre sexualidade, corpo e poder.

É bom lembrar que, ao trazer a discussão sobre um universo tão heterogêneo como a psicologia social crítica, os feminismos e a teoria *queer*¹, estou falando de um campo que não é, de modo algum, unitário, mas representado por uma variedade de pontos de vista, métodos e áreas de estudo. O reconhecimento do caráter político e comprometido do fazer científico é um ponto de convergência no interesse desses campos de estudo, bem como desafiar pressupostos normativos, desestabilizando discursos sociais e políticos que circulam no universo acadêmico.

A crítica feminista à ciência reconhece que os modelos de conhecimento e verdade dependem das relações sociais estabelecidas num determinado contexto histórico e dos interesses individuais (Burr 2003), aproximando-se de uma postura da psicologia social crítica. Nessa mesma direção, os esforços

feministas insistem em denunciar o caráter ideológico, racista e sexista do modo dominante de fazer ciência no Ocidente, chamando a atenção para a naturalização dos processos sociais profundamente relacionados com as desigualdades sociais e a dominação de classe, gênero, raça, etnia, entre outras. Uma das soluções indicadas no processo da prática científica tem sido a utilização da reflexividade ao se produzir conhecimento (Neves & Nogueira, 2005). De acordo com Haraway (1995), a reflexividade no contexto da prática científica é vista como uma questão mais ética e política do que epistemológica.

Uma posição reflexiva em pesquisa implica que o/a investigador/a explicita e revele suas posições e interpretações, evidenciando os valores implicados na sua perspectiva de análise. Este seria um passo importante para se garantir uma ética em direção à justiça e à emancipação, evidenciando, sem constrangimentos, a imbricação do projeto científico com o campo político (Haraway, 1995). Assim, a reflexão feminista aponta para uma forma de produção de conhecimento que, nas palavras de Rago (1998, p. 31), “é tendencialmente libertária e emancipadora”.

No contexto de uma postura reflexiva, o conhecimento é concebido como situado em determinados contextos e historicamente localizado. A reflexividade seria um recurso poderoso para a condução da pesquisa, uma vez que nos permitiria indagar: quais são os pressupostos que utilizamos ao nos referirmos aos temas que estamos pesquisando? Como os temas são tratados por essas teorias? Como determinados conhecimentos, que julgamos familiares, podem ser criticados? O/a pesquisador/a sempre pertence a certas localizações, dominantes ou não. Quando fazemos essas perguntas, é possível perceber que o conhecimento não é algo dado, *a priori*, e que os referenciais são produções localizadas e interessadas. Ao identificarmos as teorias utilizadas e as nossas respectivas localizações, podemos usar o saber como instrumento científico e político de produção de conhecimento. Na trilha de teóricas feministas críticas ao modelo de ciência neutra e desinteressada, destacam-se: Sandra Harding (1987), Donna Haraway (1995), Judith Butler (1993, 2003), Tereza de Lauretis (1994).

A ação política de Sandra Harding é a de denunciar as distorções produzidas pelo eurocentrismo, androcentrismo, racismo e heterossexismo; e reivindica a inclusão do ponto de vista dos grupos “dominados” (mulheres, negros, mulheres dos países do sul, lésbicas etc.), os quais nunca foram reconhecidos. Ao introduzir os pontos de vista dos oprimidos frente ao saber/conhecimento euro/etno/

androcêntrico do Iluminismo, Harding pretende desestabilizar os pressupostos desta epistemologia, quebrando a legitimidade construída por meio de binarismos do tipo “mulher é igual à natureza/homem é igual à cultura”, “razão/emoção”, “corpo/mente”. A autora argumenta, ainda, que a ciência e a política sempre estiveram relacionadas, de forma íntima e intensa. Fechar os olhos para as implicações políticas nas escolhas feitas, que, de fato, modelam o projeto e os métodos, não isenta da política. Na verdade, só faz ficar ignorante sobre a política que se está fazendo. O tripé, sugerido por Harding (1987), para a consecução de uma pesquisa social ética e crítica requer três elementos inseparáveis: objetividade, reflexividade e método, sendo que o método não se separa das teorias e análises escolhidas para nortear a pesquisa.

Outra feminista que nos apresenta pontos importantes para pensar sobre a questão da reflexividade na ciência é Donna Haraway. Bióloga e historiadora da ciência, essa autora integra um grupo de epistemólogas feministas, críticas da forma como o conhecimento ocidental foi construído. Seu argumento central gira em torno do questionamento da noção de objetividade. Por meio de uma crítica contundente à maneira como foi construída a noção de objetividade na ciência, ela traz, para a discussão, os pressupostos subjacentes à construção desse conhecimento. Haraway chama a atenção para a utilização de um tipo de retórica discursiva usada pela ciência – a objetividade –, que busca legitimar alguns tipos de conhecimento em detrimento de outros, impedindo a percepção das relações entre saber/poder que circundam a produção desse próprio conhecimento.

Para Haraway (1995), o conhecimento é sempre de caráter parcial e situado – uma resposta à pretensa ilusão de um conhecimento universal e neutro. A autora resgata a importância da visão para sua construção da objetividade, algo que possibilita a aproximação com aquilo que se quer conhecer. No entanto, Haraway não deixa de externar sua crítica aos usos dessa visão como algo que pode enxergar tudo, sem limites. Sua proposta é de uma visão que se reconhece limitada e parcial, de tal modo que:

A objetividade revela-se como algo que diz respeito à corporificação específica e particular e não, definitivamente, como algo a respeito da falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades. A moral é simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva. (Haraway, 1995, p. 21)

Haraway argumenta, ainda, que “a objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e

da divisão entre sujeito e objeto” (1995, p. 21). Seu convite é para que nos tornemos responsáveis por aquilo que aprendemos a ver. Segundo a autora, todo modo de ver é mediado, ou seja, nossa visão e a forma como traduzimos o mundo são informadas por sistemas organizativos altamente específicos. Além de desenvolver a crítica às epistemologias tradicionais da ciência, Haraway também alerta para a necessidade de pensarmos os feminismos de forma plural, rejeitando propostas essencialistas que insistem em perceber o grupo das mulheres como homogêneo, obliterando a importância de outras categorias, como raça e sexualidade.

Os argumentos críticos de Donna Haraway em relação ao conhecimento científico produzido fazem eco às reflexões construcionistas, antes apresentadas. Igualmente, sua preocupação em situar a questão da reflexividade como uma questão mais ética e política do que epistemológica reitera o entendimento da profunda imbricação do projeto científico com o campo político.

A partir dos anos 1990, a feminista Judith Butler elabora uma teoria que articula subjetividade, relações de poder e gênero. Na mesma linha das teóricas que se contrapõem ao modelo universal do sujeito moderno, Butler amplia a crítica à noção essencializadora de gênero e estende a hipótese de construção social para o domínio da sexualidade (Foucault, 1984). As atenções se voltam, sobretudo, para o regime da sexualidade que é colocado em pauta, problematizando oposições - masculino/feminino, homossexual/heterossexual-, como se fossem presas às questões de identidade.

Na proposta *queer*, o conceito de gênero é reposicionado, rejeitando, categoricamente, a unicidade da diferença sexual e a ideia essencializante de “mulher” enquanto possibilidade analítica para a teoria feminista, entendendo que a identidade sexual é, também, uma construção sócio-histórica, política e discursiva, não tendo nada de fixo, estável e definitivo. Na noção de performatividade, a autora enfatiza o caráter performativo dos discursos na formação do sujeito sexuado/sexual:

A performatividade não é, assim, um “ato” singular, pois ela é sempre uma reiteração de uma norma ou um conjunto de normas. E na medida em que ela adquire o *status* de ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais ela é uma repetição. (Butler, 1993, p. 12)

No pensamento de Butler (1993), gênero passa a ser compreendido como um efeito de um discurso sobre o corpo. Sua argumentação é que o discurso produz os efeitos por ele nomeados. As normas regulatórias do

sexo trabalham de maneira performativa para construir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo no corpo e a diferença sexual a serviço da consolidação da matriz heterossexual.

O que Butler enfatiza é o caráter performativo dos discursos na formação do sujeito sexuado/sexual, ou seja, o discurso produz os efeitos que ele nomeia. Esse processo é feito através da reiteração das normas ou de um conjunto de normas, ocultando as convenções das quais ela é uma repetição, fazendo com que se criem ilusões de naturalidade sobre corpos, gênero, do desejo. Para a autora, o discurso de gênero é, diariamente, expresso e repetido, produzindo a falsa impressão de que “gênero” é natural. A repetição das performances de gênero tem, por finalidade, regular a sexualidade sob o marco da heterossexualidade reprodutiva.

Uma das questões sobre as quais as feministas têm se debruçado refere-se à suposição de uma identidade comum universal entre as mulheres, que atravessa diferentes culturas. Nos campos teórico e político, ao problematizar a categoria mulher (ou mulheres), perguntando quem são as mulheres, as feministas têm enfrentado o debate contemporâneo sobre identidade (e sujeito) de diferentes maneiras, sendo variadas, também, as posições teóricas e políticas. Uma das características do feminismo pós-moderno, que dialogam com o pensamento *queer*, consiste em desautorizar qualquer apelo a noções identitárias calcadas numa essência interna fixa ou, tomando emprestadas as palavras de Tadeu da Silva (2005), fora da história, da linguagem, da cultura e das relações de poder.

Afinadas com a crítica antiessencialista e com o compromisso político, algumas pesquisadoras feministas definem a categoria mulher como uma posição (assumida ou designada) ou como posicionamento. Claudia Costa (2002), ao tomar como inspiração uma literatura feminista produzida por sujeitos situados nas várias margens das narrativas ocidentais dominantes, advoga o uso da noção mulher como categoria heterogênea construída historicamente por diferentes discursos e práticas, utilizada, dependendo do contexto, para a articulação política das mulheres. Entretanto, a autora reconhece que tal categoria é atravessada por diferentes temporalidades e densidades, e que o seu significado tem que ser entendido à luz de outras interseções, como classe, raça, etnia, sexualidade e nacionalidade.

Costa (2002) reconhece que o conceito de mulher como posicionalidade é relacional e possibilita que as diferentes posições ocupadas pelas mulheres

possam ser usadas como um lugar no qual elas se engajam com a construção, e não com a descoberta de significados. O lugar é visto como categoria política e analítica, marcado por tensões, conflitos e diferenças. Dessa forma, os posicionamentos são múltiplos e, em alguns casos, contraditórios. Nessa mesma linha de desfamiliarização de uma identidade fixa, Halperin (1995) afirma que o *queer* é uma posicionalidade (*posicionality*), em face da norma, uma identidade sem essência.

Como se pode notar, as interconexões entre a crítica feminista, a teoria queer e a psicologia crítica mostram que essas trocas têm sido muito profícuas, alimentando e fortalecendo o debate em torno de pontos cruciais como a crítica à ciência e às identidades.

Psicologia social crítica, feminismos e pensamento *queer*: entre silenciamentos, sobreposições e rearticulações no debate sobre as sexualidades

A rigor, afirmam Nuernberg et al. (2011), não é possível falar de uma psicologia feminista brasileira, mas sim, de abordagens feministas e estudos de gênero que impactam a psicologia, porém de forma ainda muito marginalizada. A área mais aberta e permeável aos estudos feministas e de gênero tem sido a psicologia social crítica. Narvaz e Koller (2007) também apontam para a dificuldade de tais estudos se estabelecerem como campos legítimos de conhecimento no âmbito da psicologia acadêmica, concluindo que esses discursos ainda são considerados marginais nos circuitos da psicologia acadêmica contemporânea.

A psicóloga e feminista Lynne Segal, no seu livro *Why feminism* (1999), faz uma retrospectiva das relações problemáticas entre o pensamento feminista e as teorias psicológicas. A autora mostra como o campo da pesquisa sobre as diferenças sexuais, assumidas, na psicologia, como diferenças biológicas e individuais, serviu de ponto de partida para as críticas feministas de caráter ideológico, generalista e sexista das conclusões dessas pesquisas. A preocupação em estabelecer diferenças entre homens e mulheres, com percursos metodológicos puramente estatísticos, apontavam para os limites teóricos e metodológicos desse tipo de pesquisa e a necessidade de se fazer perguntas sobre como, quem está realizando a medida, e sob qual propósito (Segal, 1999).

O feminismo é um dos movimentos sociais atuantes nas questões de dominação e exclusão, crítico da ideia de universal no entendimento da construção e naturalização das diferenças de sexo e de gênero;

abriu, ainda, novos caminhos de pesquisa na discussão sobre as implicações políticas presentes na produção de conhecimento, bem como sobre a necessidade de se considerar as situações concretas e a posição dos pesquisadores envolvidos. Como bem observa Costa (1994, p. 142), “a mudança de perspectiva dos pontos de vista dos homens para os das mulheres alterou radicalmente a matriz intelectual e cultural que dá forma à autocompreensão das mulheres”. Na sua visão, isso propiciou novas formas de pensar categorias até então inquestionáveis, como masculino e feminino, objetividade e subjetividade. Todo o esforço feminista foi no sentido de repensar os dualismos, como forma de superar qualquer tipo de opressão e de dominação. A crítica lançada pelo feminismo à ciência indaga sobre como o contexto social interfere na produção científica e como a produção científica reproduz e ressignifica as representações de gênero.

É importante esclarecer que o projeto feminista tem sua origem histórica intimamente ligada à tradição moderna. Bila Sorj (1992), por exemplo, elenca três elementos centrais na construção teórica do feminismo, oriundos das teorias sociais modernas: o primeiro, é a premissa de uma experiência de opressão e dominação comum compartilhada por todas as mulheres; o segundo, é a aposta na criação de um ator coletivo, portador de interesses, demandas, reivindicações; o terceiro, é a criação de uma utopia emancipatória das mulheres. Estas ideias, atualmente, constituem-se num denso campo de controvérsias, conflitos, disputas e tensões. Talvez, uma das mais importantes seja a tensão entre o universal e o particular.

Se, em um primeiro momento, o feminismo apostou num coletivo de mulheres, cujo elemento comum era a ideia de uma mesma opressão e de uma mesma identidade, num momento posterior, esta universalidade foi duramente criticada por ser essencializante. O caráter excludente e limitado do conhecimento foi denunciado como um feminismo produzido por mulheres brancas, heterossexuais, de classe média e intelectualizadas.

Os feminismos contemporâneos, representados por suas diferentes perspectivas, trazem reflexões instigantes, como podemos observar nos pensamentos de Sandra Harding (1987) e, também, nas posições de teóricas feministas ligadas ao feminismo da diversidade e da desconstrução. Mary G. Dietz (2003) apresenta três perspectivas do feminismo contemporâneo: a primeira, intitulada *feminismo da diferença*, localiza a subordinação da mulher ou a repressão da agência das mulheres dentro do sistema simbólico de gênero; a segunda, denominada *feminismo da diversidade*, questiona, filosófica

e politicamente, a noção de um sujeito feminino e a coerência do conceito “mulher” – para essas feministas, outras categorias como raça, classe, etnia, sexualidade etc. constituem o sujeito mulher, e são tão importantes quanto a categoria gênero; a última, chamada *feminismo da desconstrução*, rejeita a noção de um sujeito feminino preestabelecido, fundado num corpo pré-sexuado – há uma recusa a qualquer conceito de “mulher” como fundante de uma política feminista, ou qualquer conceituação de diferença sexual que estabeleça o feminino, ou a presunção da heterossexualidade, como o lócus privilegiado de ética e de existência.

O debate é, indiscutivelmente, político, e não apenas filosófico, como alguns poderiam pensar, já que qualquer projeto feminista de emancipação passa, necessariamente, por uma análise teórica e histórica sobre o poder, além, é claro, das dimensões éticas e políticas envolvidas nos processos de transformação social.

Se outrora eram reconhecidas as aproximações e os motivos para compartilhar ideias entre a psicologia social crítica, sobretudo a de cunho socioconstrucionista, e os feminismos, atualmente, percebe-se o eco de algumas vozes dissonantes. Há um discurso que destaca as fragilidades do feminismo, alegando uma incapacidade do movimento feminista de promover mudanças no cotidiano das mulheres, não conseguindo, assim, alcançar o seu ideal de emancipação. Em uma das ocasiões que ouvi esse tipo de argumento, não pude conter minha inquietação sobre qual dos feminismos estava-se falando, já que não havia precisão na afirmação. Outras vezes, especialmente quando a tônica era a discussão sobre sexualidade, a teoria *queer* tornou-se referência, e o feminismo foi relegado ao esquecimento. É interessante pensar na ausência e no silenciamento do feminismo, especialmente quando se sabe que foram as feministas os primeiros sujeitos políticos a trazer o assunto da sexualidade para o espaço público, articulando essa esfera no cotidiano das mulheres. Vale lembrar o famoso mote feminista de que o privado é político, ponto de inflexão a partir do qual questões consideradas privadas passaram a ser tratadas como públicas nos mais diversos espaços como, por exemplo, no meio acadêmico.

Para alguns/as, essas questões não passam de meras provocações, sem maiores pretensões. Mas, como diriam os/as próprios/as construcionistas, considerando que todo discurso provoca efeitos e desdobramentos, nada é inocente, sobretudo em um momento no qual a história dos feminismos é recontada e reescrita de formas muito diversas. Alguns/as dos/

as entusiastas do feminismo, inclusive aqueles/as que se diziam feministas, já não se apresentam tão simpáticos/as ao ideário feminista, enfatizando as contradições entre o discurso/ideário emancipatório e os seus resultados práticos na vida das mulheres.

O fato de as mulheres não terem conseguido todas as mudanças almeçadas não é novidade. Segal (1999) alerta que, a despeito das conquistas alcançadas pelas mulheres, no estreitamento das diferenças de gênero que afetam o cotidiano, é cada vez mais forte a afirmação de que a única afiliação das mulheres restringe-se à vida pessoal. É claro que o pensamento provocativo tem seu lugar. Relendo o artigo de Clare Hemmings (2009), tive alguns *insights* sobre a forma como histórias sobre os feminismos têm sido contadas e pude refletir a respeito de determinadas contradições, advindas de discursos que tendem a privilegiar e dissociar o pensamento feminista do *queer*. Para Hemmings (2009), a história sobre os feminismos tem sido narrada em perspectiva linear, com um tipo de versão dominante, na qual, a despeito de uma retórica discursiva que insiste em demarcar a existência de múltiplos feminismos, prevalece uma noção singular de trajetória feminista, insistindo em caracterizá-la como “marcha incansável de progresso ou perda” (Hemmings, 2009, p.215).

Nesse tipo de versão da história, a narrativa que prevalece é a do feminismo visto como identitário e essencialista, em oposição a um suposto vanguardismo da teoria *queer*. Na leitura da feminista Annamarie Jagose (2004), há problemas nas análises homogêneas em que os terrenos feministas e *queer* foram analisados, ao deixarem de mostrar tanto a heterogeneidade do projeto feminista quanto os pontos em comum entre eles, tais como: a crítica sobre uma leitura essencialista referente às identidades e uma resistência à metafísica da substância da diferença sexual. Nas palavras de Jagose:

A teoria feminista, tal como a teoria *queer*, é um projeto amplo e heterogêneo de crítica social que é trabalhada ao longo de bases provisórias, contingentes e não unitárias, sem ser constrangida por nenhum campo de pesquisa pré-definido e sem estar ancorada à perspectiva de nenhuma população demográfica especificável. (Jagose, 2004, p. 172)

Um dos efeitos desse tipo de narrativa homogeneizante é o risco de que as ideias feministas, ao circular nos estudos *queer*, fiquem subsumidas ao serem apropriadas e interpretadas como um campo estável, homogêneo, singular e, até mesmo, “antissexualidade”. Sabe-se que a forma como circulam as considerações acadêmicas (redes de citação, estabilização da ciência normal,

formação de adeptos) e, pelo rumo que o debate e o pensamento sobre sexualidade têm tomado (passou a ser hegemônico pelas produções LGBT e *queer*), restringiu-se o espaço para o pensamento feminista, a partir de suas matrizes, especialmente as referentes à primeira e à segunda onda. Além do mais, as querelas em torno das questões das políticas de identidade, em especial as da “identidade sexual”, afastam-se das coordenadas dos pensamentos feministas.

Em vez de oposição ou substituição de uma teoria por outra, o artigo dos/as psicólogos/as sociais Oliveira et al. (2009), “Feminismos *queer*: disjunções, articulações e ressignificações”, enfatiza a vitalidade das propostas conceituais feministas e *queer*, mostrando que há um movimento que ultrapassa as rígidas fronteiras disciplinares, realimentando ambas as ideias, produzindo o que chamam de feminismos *queer*. Segundo os/as autores/as, a proposta de um feminismo *queer* é tributário tanto da herança feminista, sobretudo a oriunda de certas formulações dos feminismos lésbicos, como das articulações possíveis entre os mapas conceituais dos feminismos e das propostas *queer*.

A proposta dos feminismos *queer*, de Oliveira et al., radicaliza a crítica às noções estanques de identidade, reunindo sujeitos cujas características partilhadas não são a “identidade”, mas sim um posicionamento antinormativo em relação à sexualidade. Nesse sentido, estariam incluídas as identidades de gênero, sexuais, sociais, culturais, ou seja, todos/as aqueles/as que circulam fora dos sistemas heteronormativos. Nas palavras dos/as autores/as, os feminismos *queer* são “modalidades de reposicionamento conceitual”, críticos de uma versão do conceito de gênero que assenta a explicação da construção assimétrica do masculino e do feminino nas nossas sociedades, sem levar em conta a importância dos corpos e da sexualidade, produzindo uma falsa dicotomia entre feministas essencialistas – acreditam nas qualidades transformadoras da natureza feminina – e construcionistas – não são capazes de desconstruir essa “verdade” biológica do corpo. Contrapondo à ideia de que a teoria *queer* seria uma versão “melhorada” dos feminismos, os autores/as ainda afirmam que “a teoria *queer* não é um braço avanzado e auxiliar da teoria feminista, um glamoroso ramo vanguardista; é uma das condições de viabilidade dos feminismos contemporâneos” (Oliveira et al., 2009, p. 23, grifo meu), posição a qual me alio.

Contribuições de vozes como as de Clara Hemmings, Annamarie Jagose e João Manuel de Oliveira et al. são importantes contrapontos para narrativas que seguem insistindo na ideia de uma

história linear e progressivista sobre os feminismos, apostando em uma oposição/substituição da teoria feminista pela *queer*. Elas apontam para a possibilidade de diálogo e articulação entre as teorias feministas e *queer*, especialmente em um campo – gênero e sexualidade – no qual se faz necessária a aliança de saberes para construção de ações políticas e científicas, exigindo, também, constante reflexividade sobre as teorias de gênero e da sexualidade que têm sido produzidas por esses campos.

(Re)contando histórias...

Os projetos epistemológicos da psicologia construcionista, nas perspectivas feministas e da teoria *queer*, podem ser lidos por meio de aproximações e diferenças, conforme discutido anteriormente. Contudo, para além das tensões e dos desafios colocados pela vitalidade de cada uma dessas contribuições, gostaria de enfatizar o caráter político de suas proposições, sobretudo para o enriquecimento do debate contemporâneo acerca das sexualidades.

Esses projetos são profundamente interessados em novas respostas da ciência para os problemas da sociedade. Embalados pela “crise” dos paradigmas, questionam e propõem novas leituras para noções profundamente arraigadas, como identidade, sujeito, sexualidade, gênero, ciência, entre outras, afirmando serem elas fenômenos históricos; não são previamente dados, mas mediados por processos sociais e profundamente imbricados com o poder e a política.

Indubitavelmente, o diálogo entre essas perspectivas pode ser bastante promissor, tanto para o feminismo quanto para a psicologia social crítica. Temas essenciais para o feminismo, entre eles gênero e sexualidade, vêm se firmando como categorias importantes dentro da psicologia social. Por outro lado, autores/as construcionistas têm contribuído com reflexões sobre os mecanismos discursivos presentes na construção da sexualidade, do corpo e das posições identitárias.

Nos últimos anos, autores/as pós-construcionistas vêm incorporando, em suas reflexões, a crítica feminista e a contribuição das teorias *queer* para a análise dos processos psicossociais. A esse respeito, acreditamos que a interlocução permanente com a perspectiva feminista *queer* seja o caminho para a construção de uma psicologia social mais sintonizada com as problemáticas e com as questões sociais contemporâneas. Para reafirmar a vitalidade das teorias feministas e *queer*, recorro, ainda, às palavras de Silva (2005):

Tal como o feminismo, a teoria *queer* efetua uma verdadeira reviravolta epistemológica ... O *queer* se torna, assim, uma atitude epistemológica que não se restringe à identidade e aos conhecimentos sexuais, mas que se estende para o conhecimento e a identidade de forma geral. Pensar *queer* significa questionar, problematizar, contestar todas as formas bem-comportadas de conhecimento e de identidade. A epistemologia *queer* é, nesse sentido, perversa, subversiva, impertinente, irreverente, profana, desrespeitosa. (Silva, 2005, p.107)

Vale lembrar que foi a filosofia moderna que produziu a ideia de emancipação como resultado de um desenvolvimento linear do progresso ou da razão, influenciando, diretamente, a formulação de pressupostos e noções de perspectivas teóricas, tais como as psicologias e os feminismos.

Noções como a reflexividade, a ideia de posicionamento, a rejeição aos dualismos, a recusa de discursos universalizantes e generalizáveis, fazem-me contestar a ideia de uma narrativa progressivista sobre os feminismos e a crença no vanguardismo dos estudos *queer*. Soma-se a isso a importância do reconhecimento das identidades plurais e do papel do/a pesquisador/a como inerentemente social e político, aspectos presentes em ambos os pensamentos: feminista e *queer*.

Os estudos feministas sobre sexualidade são heterogêneos e dispersos; da mesma forma, os pensamentos *queer* também o é/são. Ambos possuem elementos que os habilitam a operar deferimento no seu quadro de análises, produzir conclusões parciais e construir uma rede entre a tensão, a contestação e a autonomia como diretrizes subversivas para a produção de teorias, práticas e subjetivações coletivas. Além disso, tanto a perspectiva feminista quanto os estudos *queer* compartilham, fundamentalmente, de um projeto cuja história é marcada por tensões, desafios, possibilidades de articulações provisórias, mas, sobretudo, que necessita de contínua interpelação crítica para que continue sendo inovador no processo de problematizar a questão mais ampla do conhecimento.

Nota

¹ A esse respeito, conferir o número especial da Annual Review of Critical Psychology com coordenação de Ilana Mountian, Jemma Tosh, Marco Aurélio Máximo Prado e Surya Nayak, disponível online em <http://www.discourseunit.com/arcp-11-gender-and-sexuality>

Referências

- Borges, L. & Cordeiro, R. (2007). Psicologia Social, construcionismo e abordagens feministas: diálogos desconcertantes, *Revista Fermentum* 17, 599-616.
- Butler, J. (1993). *Bodies that matter: on the discursive limits of 'sex'*. New York and London: Routledge.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Burr, V. (2003). *Social constructionism*. New York and London: Routledge.
- Costa, C. (1994). O leito de Procusto: gênero, linguagem e as teorias feministas. *Cadernos Pagu*, 2, 141-174.
- Costa, C. (2002). O sujeito no feminismo: revisitando os debates. *Cadernos Pagu*, 19, 59-90.
- Dauder, S. G. (2003). Fertilizaciones cruzadas entre la psicología social de la ciencia y los studios feministas de la ciência. *Athenea digital*, 4, 109-150.
- De Lauretis, T. (1994). A tecnologia do gênero. In H. Hollanda (Org.), *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura* (pp. 206-242). Rio de Janeiro: Rocco.
- Dietz, M.G. (2003). Current controversies in feminist theory. *Annual Review of Political Science*, Palo Alto, CA, USA, 6, 399-431.
- Foucault, M. (1984). *História da sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Gergen, K. (1985). The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*, 40(3), 266-275.
- Gergen, K. & Gergen, M. (2010). *Construcionismo social: um convite ao diálogo*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Halperin, D. (1995). *Saint Foucault: towards a gay hagiography*. Nova York: Oxford University Press.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 07-41.
- Harding, S. (1987). *Feminism and methodology: social science issues*. Bloomington: Indiana University Press.
- Hemmings, C. (2009). Contando estórias feministas. *Revista Estudos Feministas*, 17(1), 215-231.
- Ibáñez, T. (1994). *Psicologia social construcionista*. Guadalajara: Universidade de Guadalajara.
- Ibáñez, T. (2001). *Municiones para disidentes*. Barcelona: Gedisa.
- Iñiguez, L. (2005). Nuevos debates, nuevas ideas y nuevas prácticas en la psicología social de la era post-construcionista. *Athenea Digital*, 8, 1-7.
- Jagose, A. (2004). *Queer theory: an introduction*. New York: New York University.
- Mountian, I., Tosh, J., Prado, M.A.M., & Nayak, S. (2014). *Annual Review of Critical Psychology* (Gender and sexuality), 11. Acesso em 26 de abril, 2014, em <http://www.discourseunit.com/arcp-11-gender-and-sexuality>
- Méllo, R. P., Silva, A. A., Lima, M. L. C., & Di- Paolo, A. F. (2007). Construcionismo, Práticas Discursivas e possibilidades de pesquisa em psicologia social. *Psicologia & Sociedade*; 19(3), 26-32.
- Narvaz, M. & Koller, S. (2007). A marginalização dos estudos feministas e de gênero na psicologia acadêmica contemporânea. *Revista Psico*, 38(4), 216-223.
- Neves, S. & Nogueira, C. (2005). Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(3), 408-412.

- Nogueira, C. (2001). Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 3(1), 107-128.
- Nuernberg, A., Toneli, M.J.F., Medrado, B. & Lyra, J. (2011). Feminism, psychology and gender studies: the brazilian case. In *Handbook of International Feminisms: Perspectives on Psychology, women, culture and rights* (pp. 109-128). London: Springer.
- Oliveira, J. M., Pinto, P., Pena, C. & Costa, C.G. (2009). Feminismos *queer*: disjunções, articulações e ressignificações. *Ex Aequo*, 20, 13-27.
- Ostrovsky, A. (2010). Histórias críticas da psicologia a partir da perspectiva de gênero: pensando sobre suas influências e possibilidades. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(3), 911-929.
- Rago, M. (1998). *Epistemologia feminista, gênero e história*. In J. Pedro & M. Grossi (Orgs.), *Masculino feminino plural* (pp. 21-42). Florianópolis: Editora Mulheres.
- Saavedra, L. & Nogueira, C. (2006). Memórias sobre o feminismo na psicologia social: para a construção de memórias futuras. *Memorandum*, 11, 113-127.
- Sedgwick, E. K. (2007). A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, 28, 19-54.
- Segal, L. (1999). *Why Feminism?* New York: Columbia University Press.
- Silva, T. T. (2005). *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Spink, M. J. & Frezza, R. M. (2000). Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da psicologia social. In M. J. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 17-39). São Paulo: Cortez.
- Spink, M. J. & Menegon, V. (2000). A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In M. J. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 63-92). São Paulo: Cortez.
- Spink, M. J. (2004). *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Spink, P. (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 18-42.
- Sorj, B. (1992). O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In A. Costa & M. C. Bruschini (Orgs.), *Uma questão de gênero* (pp. 15-23). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Submissão em: 11/01/2014

Revisão em: 12/03/2014

Aceite em: 31/03/2014

Lenise Santana Borges é Doutora em Psicologia Social (PUC/SP, 2008), professora do curso de Psicologia, atua na graduação, pós-graduação e extensão na PUC/GO. Integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas Psicossociais NEPSI, coordenando o grupo de estudos e pesquisa Construção de Fatos Sociais e participa do grupo de estudos e pesquisas Gênero e Psicologia da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia – ANPEPP.
Endereço: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de Psicologia PUC/GO, Avenida Universitária, 1440. Setor Universitário, Goiânia/GO, Brasil. CEP 74605-010.
E-mail: esinel@uol.com.br

Como citar:

Borges, L. S. (2014). Feminismos, teoria *queer* e psicologia social crítica: (re)contando histórias... *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 280-289.